

## Ata da Reunião Setorial

### Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Soure, 7/11/ 2016 – 14h50 – 17h45

Local: Associação dos Caranguejeiros de Soure

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Fatima Ribeiro	Débora Aguiar	Associação dos Pescadores do Pesqueiro
	Décio Maia	Associação dos Caranguejeiros de Soure-ACS
	Tatiane Moraes	Associação dos Usuários da RESEX de Soure-ASSUREMAS
		Associação das Mulheres do Pesqueiro-AMUSPESQ
		Conselho de Usuários de Reservas Extrativistas Marinhas- CAUREM
		Associação dos Pescadores de Araruna do Soure- ASPAAS
		Associação dos Artesãos, Esporte, Cultural e Pescador Artesanal de Marajó- AAECPPAM
		Associação de Moradores de Caju-Uma AMCOC
		Instituto Chico Mendes- ICMBIO/ RESEX Marinha Soure
		Associação Produtiva de Pescadores Artesanais de Soure - APPAMS
		Associação de Pescadores (as) Profissionais Artesanais Aquicultores de Soure no Estado do Pará- ASPART
		Associação de Soure de Pescadores, Catadores e Aquicultores do Município de Soure do Estado do Pará- ASSOUREPESCA
		Associação da Agricultura Familiar, Pescadores e Pescadoras Extrativistas e Camaroeiro de Soure- AAFPECS
		Associação dos Pescadores Artesanais do Município de Soure- ASPAMS

Às 14h50 Fátima Ribeiro, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59 e da empresa consultora AECOM, responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

Dando seguimento à apresentação, Fátima Ribeiro, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e



produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

O representante da AECOM, Décio Maia, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

Foi questionado o que acontecerá com os pescadores se houver algum dano a petrechos ou embarcações. Tatiane Moraes, a representante da AECOM, esclareceu sobre a existência de um Projeto de Comunicação Social exigido pelo IBAMA, no qual a empresa precisa conhecer as comunidades afetadas, bem como atender suas necessidades, principalmente em caso de danos para o devido ressarcimento. A representante da BP colocou a existência de uma central de atendimento para essas comunidades e relatórios informativos sobre esse projeto, exigidos pelo IBAMA.

O pescador perguntou dados específicos sobre a embarcação de apoio. A representante da AECOM explicou que caso a empresa consiga a licença, as comunidades afetadas receberão folhetos com informações detalhadas sobre tais embarcações, bem como meios de contato, como telefone e e-mail. A representante da BP complementou esclarecendo que em termos de licenciamento de atividades petrolíferas no mar, o Brasil é referência. A representante da AECOM colocou o contato do IBAMA e informou que todo o processo é regido sob as condicionantes do IBAMA, e que existe um canal de comunicação aberto.

Participante membro da Associação dos Pescadores de Araruna do Soure perguntou o que ocorreria no caso de um acidente durante o transporte de resíduos pelas embarcações de apoio. O representante da AECOM sanou a questão explicando o processo de separação de resíduos, realizado na plataforma, e que para resíduos tóxicos, existe um armazenamento específico, em recipientes metálicos, feito antes do transporte.

O associado da Associação dos Pescadores de Araruna do Soure perguntou ainda sobre o caso de haver um acidente que afete a população ribeirinha. A representante da AECOM explicou apontando a existência de um plano de resposta de emergência específico para cada situação. A representante da BP complementou explicando que a empresa BP realiza investimentos em



prevenção e em resposta de emergência a curto e longo prazo, que esta além de ser uma exigência do órgão licenciador, também faz parte da cultura da empresa.

Participante dessa mesma Associação dos Pescadores de Araruna do Soure questionou no caso de problemas com o barco dedicado, durante um acidente com derramamento de óleo. Tatiane explicou a existência de um plano de emergência que apresenta redundâncias.

Participante do Conselho de Usuários de Reservas Extrativistas Marinhas questionou quantas empresas de petróleo atuam ou pretendem atuar na região. A representante da BP explicou a dinâmica de concessão de blocos, entre empresas operadoras e parceiras, e citou as empresas envolvidas no processo de exploração da região. O participante colocou ainda o impacto causado para a migração de peixes com o aumento de fluxo dessas embarcações, que funcionam como barreira para essas espécies. A representante da BP explicou que esses impactos seriam muito maiores numa eventual etapa de produção, para a qual o IBAMA exige outro estudo de impacto ambiental, mais específico, baseado num termo de referência, também coordenado pelo IBAMA. A representante da AECOM complementou apontando a existência de um projeto de monitoramento de desembarque pesqueiro exigido pelo IBAMA e frisando sobre o novo estudo de impactos, mais elaborado, atentando para as necessidades das comunidades e do meio ambiente.

Participante questionou se a empresa BP possui algum projeto para qualificar e aproveitar mão de obra local. A representante da BP explicou que somente numa eventual fase de produção, a empresa apresenta projetos de responsabilidade social. Ressaltou ainda que para a fase atual, de exploração, não existe qualquer projeto, principalmente por conta do período limitado da atividade.

O representante do ICMBio fez considerações sobre as reuniões setoriais, e a importância das informações e esclarecimentos da população acerca do processo de exploração petrolífera na costa paraense.

Não havendo mais dúvidas ou comentários às 17:45 horas a reunião foi encerrada pela representante da BP.